

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.077 - DF (2019/0204650-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO GUARÁ - DF**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO**
INTERES. : **M F P**
INTERES. : **L M M G C - ESPÓLIO**

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 33 DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A controvérsia cinge-se em determinar o juízo competente para apreciar ação de inventário ajuizada em local diverso do foro do domicílio do *de cujos*.
2. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, a competência estipulada para a ação de inventário possui caráter relativo, ao passo que não pode ser declinada de ofício, ao teor da Súmula 33/STJ.
3. Conflito conhecido para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, o suscitado.

DECISÃO

1. Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO GUARÁ - DF, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, suscitado, em autos de ação de inventário.

A demanda foi originariamente proposta no JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO que, de ofício, declinou de sua competência sob a justificativa que o de cujos tem domicílio na Região Administrativa do Guará - DF, ao passo que este seria o competente para apreciar o feito, *in verbis*:

Para o processamento de ações de inventário o Código de Processo Civil/2015 estabelece regras de competência territorial de ordem

sucessiva e preferencial, conforme observa em seu artigo 48.

Impera destacar, para o presente caso, que o falecido possuía domicílio certo, tal consta na certidão de óbito acostada à fl.12, sendo desnecessário avaliar o local da situação dos bens ou mesmo o local do óbito.

Sendo certo de que o documento oficial menciona que a falecida era domiciliada em Guará II/DF Deste modo, a competência territorial para o processamento e julgamento da presente causa é de Brasília/DF sendo a declaração de incompetência deste juízo medida que se impõe.

Diante de todo o exposto, declaro que este juízo não é o competente para conhecer e julgar a presente ação. Em consequência, DECLINO da competência para o Distrito Federal, para onde devem os autos ser remetidos.

Por sua vez, o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO GUARÁ - DF suscitou o presente conflito, afirmando que o caso tratar-se-ia de competência territorial relativa, ao passo que não poderia ser suscitada de ofício (fls. 109-113).

Sem informações do juízo suscitado conforme certidão de fl. 133.

Manifestação do Ministério Público Federal às fls. 1777-1780, opinando pela declaração de competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 33, DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Pacífico o entendimento desse Superior Tribunal de Justiça, consolidado por meio da Súmula n.º 33, no sentido de que “a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício”. Dessa forma, deve ser ela arguida pelas partes por meio de exceção, nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil.

2. Na hipótese dos autos, o conflito refere-se à ação de inventário. Assim, eventual incompetência não pode ser declarada de ofício pelo juízo suscitado, em consonância não só com o aludido enunciado da Súmula/STJ n.º 33, mas também em homenagem ao princípio da perpetuatio jurisdictionis, positivado no art. 87 do CPC/73 e no art. 43 do CPC/2015.

3. Pela competência do juízo suscitado.

É o relatório. Decido.

2. Inicialmente, conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunal diversos, nos moldes delineados pelo art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

A controvérsia cinge-se em determinar o juízo competente para apreciar ação de inventário ajuizada em local diverso do foro do domicílio do *de cujos*.

Com efeito, importante destacar que o Código de Processo Civil de 2015

determina que, como regra, o foro do domicílio do de cujos é o competente para a ação de inventário, *in verbis*:

Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Parágrafo único. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:

I - o foro de situação dos bens imóveis;

II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;

III - não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

Nesse senda, conforme a uníssona jurisprudência desta Corte Superior, a competência estipulada para a ação de inventário tem caráter relativo, ao passo que não pode ser declinada de ofício.

Confira-se os escólios:

COMPETÊNCIA. CONFLITO. CPC, ART. 96. FORO COMPETENTE. **INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NATUREZA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE OFÍCIO. ENUNCIADO Nº 33 DA SÚMULA/STJ. FALTA DE ATENÇÃO. CONFLITO CONHECIDO.**

I - Cuidando-se de competência territorial, cuja natureza relativa comporta prorrogação, não é dado ao juiz declarar-se incompetente de ofício, incidindo, no ponto, o enunciado nº 33 da sumula deste Tribunal.

II - Nos termos do art. 96, CPC, é competente para processar o inventário o foro do domicílio do autor da herança, somente havendo superfície para outras considerações a esse respeito quando ele não tenha tido domicílio certo.

III - Sem embargo do habitual e desumano excesso de serviço na Justiça, não se justifica que, em casos como o dos autos, não se dê a devida atenção à espécie, tornando ainda mais difícil, para o cidadão, a prestação jurisdicional.

(CC 19.334/MG, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2001, DJ 25/2/2002, p. 195.)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETENCIA. INVENTARIO. COMPETENCIA TERRITORIAL E, PORTANTO, RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE OFICIO. SUM. 33/STJ.

- EM SE TRATANDO DE COMPETENCIA TERRITORIAL, PORTANTO, RELATIVA, NÃO CABE AO JUIZ DECLARA-LA DE OFICIO (VERBETE DA SUM. 33/STJ).

SOMENTE O PROPRIO REU, MEDIANTE OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO NA FORMA DO ART. 112 DO CPC, PODERA INSURGIR-SE CONTRA O FORO ESCOLHIDO PELO AUTOR.

- CONFLITO CONHECIDO E DECLARADA A COMPETENCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1A. VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES DO RIO DE JANEIRO/RJ, O SUSCITADO.

(CC 18.032/MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SECAO, julgado em 11/12/1996, DJ 17/03/1997, p. 7425)

Destaca-se ainda as decisões monocráticas proferidas em casos semelhantes: CC n. 150.218/RJ, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 26/4/2017, CC n. 131.874/MA, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/2/2015, CC n. 115.777, Relator Ministro SIDNEI BENETI, DJe 23/3/2011, CC n. 91.611/DF, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 7/12/2007, e CC n. 58.642/MG, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ 29/8/2007.

Dessa forma, não pode o Juízo excepcionar sua competência, sem a devida provocação do réu, conforme o enunciado da Súmula n. 33 do STJ: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício". (CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/1991, DJ 29/10/1991, p. 15.312.).

3. Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, o suscitado.

Publique-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator